METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COM CRIANÇAS E JOVENS: UMA REFLEXÃO ÉTICA

EUNICE MAGALHÃES & NADINE CORREIA
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIS-Iscte, Lisboa, Portugal

Palavras-chave: Ética; Metodologias Participativas; Crianças e Jovens.

OBJETIVO

Este capítulo visa:

(a) apresentar considerações e princípios éticos sobre metodologias participativas com crianças e jovens;

(b) refletir em torno dos desafios e complexidades na implementação de metodologias participativas com crianças e jovens;

(c) sistematizar procedimentos e práticas, eticamente apropriadas, na investigação participativa com crianças e jovens.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo pretende apresentar uma reflexão sobre os aspetos éticos, as complexidades e os desafios em torno da implementação de metodologias participativas com crianças[1]. Todas as crianças têm o direito a ser envolvidas em investigação de forma apropriada e respeitando a sua dignidade humana, o que implica considerar criticamente aspetos relacionados com o desenho, a integridade e a robustez metodológicos (Abebe & Bessell, 2014).

Atentas as hierarquias de poder na relação adulto-criança, torna-se assim importante refletir em torno dos procedimentos e práticas dos/as investigadores/as que salvaguardem os direitos fundamentais das crianças. Se é verdade que a Convenção

[1] Sempre que nos referimos a "crianças" no presente capítulo estamos a considerar crianças e jovens com menos de 18 anos de idade.

dos Direitos das Crianças (UNICEF, 1989) não especifica aspetos críticos de investigação com crianças, também é claro que os seus princípios se aplicam a este contexto. Com efeito, o conhecimento científico deve considerar as experiências e perspetivas das crianças, reforçando-se a necessidade de as ouvir sobre aspetos que lhes dizem respeito (Angelow & Psouni, 2025), e assegurando processos transparentes, respeitosos, seguros e inclusivos.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COM CRIANÇAS E JOVENS

Realizar investigação sobre e com as crianças reveste-se de particular relevância nas áreas das ciências sociais e, em particular, nos estudos na área da infância e adolescência (Bodén, 2021). Décadas após o surgimento de novos paradigmas sobre a infância, várias são as perspetivas que a descrevem enquanto construção social, considerando as crianças como atores sociais, dotados de competência e agência (Hopkins & Bell, 2008; Prout, 2002). Neste sentido, a investigação participativa de crianças parte do pressuposto de que estas são sujeitos ativos que contribuem para a investigação, e não apenas objetos de investigação (Angelow & Psouni, 2025).

A utilização de metodologias participativas requer, assim, uma reconfiguração do papel do/a investigador/a, que ao invés de assumir o controlo do processo de investigação, adota práticas colaborativas que envolvem negociação e co-construção com as crianças. Idealmente, esta colaboração atravessa as várias etapas do processo, da definição de questões de investigação, à interpretação e disseminação dos resultados (Lundy et al., 2011). De igual modo, também as relações investigador/a-criança se revestem de acrescida complexidade, atendendo a questões relacionadas com a redistribuição de poder, a alteração nos papéis e responsabilidades, ou o estabelecimento de relações de confiança (Loveridge et al., 2023).

Entrevistas e grupos focais, mediados por facilitadores, podem permitir o debate de temáticas revestidas de diferentes graus de complexidade, ou a co-construção de recursos com as crianças (e.g., questionários, projetos, materiais didáticos) (Clark, 2006; Kangas, 2010). Em função das características das crianças, mas também da natureza dos estudos e processos investigados, estas metodologias podem envolver a utilização complementar de materiais lúdicos (e.g., fantoches, livros) e remeter, inclusivamente, para diferentes níveis de participação das crianças - da consulta em etapas fundamentais, à co-criação da investigação (Lundy et al., 2011). A título exemplificativo, abordagens como a *Mosaico*, que integra ferramentas visuais como fotografia e desenho, mas também narrativas e atividades lúdicas, permitem captar as perspetivas das crianças, desde as idades mais precoces (Clark, 2003). Esta abordagem tem sido utilizada, por exemplo, em estudos na área da educação de infância, como forma de aceder às perspetivas das crianças relativamente aos espaços, materiais, ou interações que fazem parte do seu dia-a-dia, nestes contextos (e.g., Clark, 2011).

Paralelamente, importa assegurar que as metodologias participativas são utilizadas num contexto seguro e confortável para a criança, com recurso a formatos adequados à sua idade e características (e.g., transformação de itens abstratos em imagens), assegurando que os seus contributos são valorizados e, sempre que possível, incluídos nos processos e resultados da investigação (Lundy, 2007).

O fornecimento de informação, a flexibilidade dos/as investigadores/as e a disponibilidade para rever e redesenhar objetivos e atividades são fundamentais para a efetiva consideração das propostas das crianças nos processos de investigação. Importa, assim, garantir que a escuta ativa, o envolvimento e a consideração das perspetivas das crianças são guiados por princípios éticos e reflexividade dos/as investigadores/as.

Princípios Éticos na Implementação de Metodologias Participativas

De acordo com as Nações Unidas (2009, pp. 26-27), a participação efetiva das crianças implica reconhecer que se trata de um processo complexo e que deve salvaguardar um conjunto de princípios éticos, independentemente do contexto. Neste capítulo, apresentamos estes princípios aplicando-os à participação das crianças em investigação. Assim, o processo participativo em investigação deve ser:

- Transparente e informativo: a informação providenciada às crianças deve ser inteligível, completa, sensível e apropriada, incluindo o respeito pela diversidade;
- Voluntário: as crianças não devem ser coagidas a participar em investigação e devem ser informadas de que podem cessar a sua participação em qualquer fase do processo de investigação;
- Respeitoso: os/as investigadores/as devem proporcionar oportunidades de participação ativa às crianças, reconhecendo os seus contributos para a prossecução dos objetivos de investigação científica;
- Relevante: os/as investigadores/as que implementam metodologias participativas devem ser capazes de criar um espaço que permita que as crianças abordem os aspetos que elas próprias identificam como pertinentes e importantes;
- Amigável: devem ser disponibilizados recursos e formatos adequados, incluindo do ponto de vista desenvolvimental (e.g., apropriados à idade ou necessidades especificas das crianças), para garantir que as crianças estão adequadamente preparadas;

- Inclusivo: o processo de participação deve garantir a igualdade de oportunidades para todos/as, sem discriminação por qualquer fator ou razão;
- Baseado em formação: os/as investigadores/as devem adquirir a formação e o treino necessários para assegurar uma participação eficaz das crianças, nomeadamente no que diz respeito a competências para ouvir e envolver as crianças de forma apropriada;
- Seguro e sensível ao risco: em determinadas situações, a participação das crianças em investigação pode envolver riscos. Cabe aos/às investigadores/as a responsabilidade de minimizar o risco para as crianças decorrente da partilha de informação que as pode colocar numa situação de vulnerabilidade assim como de prevenir que a participação *per se* num contexto de investigação tenha consequências negativas para o seu bem-estar;
- Responsável – em qualquer projeto de investigação, as crianças devem ser informadas sobre a forma como os seus pontos de vista são interpretados, assim como, de que forma a informação por estas partilhada será utilizada. Sempre que adequado, as crianças devem ter a oportunidade de participar nos processos de interpretação e discussão dos resultados obtidos através da sua participação em investigação.

Para além destes princípios, a comunidade científica mobilizou-se no sentido de partilhar orientações e boas práticas de investigação com crianças, através de uma rede designada de *The Childwatch International Research Network* que resultou num conjunto de recursos sobre *Ethical Research Involving Children* (ERIC) (Powel et al., 2011; Powell et al., 2012). De acordo com estes autores, a investigação com crianças deve assegurar um conjunto de quatro questões éticas fundamentais:

- Consentimento Informado: o consentimento informado é de natureza iterativa, implicando por isso providenciar informação inteligível para a criança e assegurar a sua compreensão, para que esta possa escolher participar ou não de forma devidamente informada. O consentimento implica a obtenção explícita de autorização por parte dos responsáveis legais e das próprias crianças para o seu envolvimento em investigação, sendo que os/as participantes apenas podem consentir depois de devidamente informados/as e tendo verdadeira compreensão sobre os objetivos da investigação.
- Proteção do dano: a investigação que envolve crianças deve ser orientada pelo princípio da beneficência e não maleficência, protegendo-as sempre de qualquer dano (ou dano potencial), e permitindo que beneficiem dos resultados de investigação. Neste sentido, pode ser necessário prever, por exemplo, momentos de pausa na recolha de dados. Atendendo a que os responsáveis legais das crianças são fundamentais para o seu envolvimento em investigação

(i.e., podem facilitar ou impedir), os/as investigadores/as devem estabelecer relações de confiança com estes adultos responsáveis.

- **Privacidade**: é crucial assegurar não só que as crianças participam em investigação num contexto físico seguro e privado, mas também que ao longo do processo o seu anonimato e confidencialidade estão assegurados (e.g., nunca identificar as crianças nos documentos de apresentação de resultados, nunca associar os consentimentos informados aos materiais das crianças). Além disso, há situações em que a confidencialidade pode ser colocada em causa (e.g., situações de perigo para a criança ou outros) e estas circunstâncias devem ser clarificadas antes das crianças participarem no estudo.

- **Compensação**: não há consenso na literatura sobre se as crianças devem ou não ser compensadas por participarem em investigação (Powell et al., 2012). Se por um lado, se considera que compensar as crianças é assegurar igualdade de circunstâncias face à compensação de adultos que participam em investigação, por outro lado, os incentivos podem colocar os/as participantes (e as crianças em particular) num contexto de especial risco, na medida em que, estas poderão aceitar participar apenas pela necessidade do incentivo, não estando capazes de discernir sobre o risco em que se colocam.

Complexidades e Desafios

A implementação de metodologias participativas é complexa, do ponto de vista ético, metodológico e prático, especialmente no que se refere a crianças em situação de vulnerabilidade (e.g., crianças que apresentam incapacidades complexas, com reduzida autonomia, de contextos desfavorecidos, ou de estatuto minoritário) (Bradbury-Jones et al., 2018). Os/as investigadores/as têm, assim, o desafio de assegurar mecanismos criativos, mas simultaneamente respeitosos, de envolvimento destas crianças em projetos de investigação (Bradbury-Jones et al., 2018), assegurando que minimizam a hierarquia, as diferenças de poder, e a estigmatização ou vitimação secundária.

No caso de crianças vítimas, assegurar uma participação segura em contextos de investigação é ainda mais crítico, incluindo a necessidade de se contemplar a avaliação do risco da participação destas crianças (para si ou para outros), de definir planos de segurança, e de considerar mecanismos de suporte e cuidado ou proteção (Lamela et al., 2024). Por exemplo, de acordo com uma revisão de literatura recente, há um conjunto de barreiras e desafios à participação das crianças vítimas de mau-trato, nomeadamente, a resistência e condicionamento dos adultos responsáveis pelas crianças em consentir a sua participação, assim como a dificuldade destas crianças em confiar a partilha de informação sensível por receio de quebra da confidencialidade (Lamela et al., 2024).

Também em contextos considerados protetores, como o jardim de infância, é importante reconhecer que algumas crianças podem apresentar resistência ou enfrentar barreiras à participação, nomeadamente crianças com necessidades educativas especiais, dificuldades na comunicação, ou histórico de vulnerabilidade (Sandseter & Seland, 2016). Nestes casos, podem revelar-se úteis metodologias que privilegiem formas não verbais de expressão (e.g., dramatização), que permitam às crianças participar de forma confortável, respeitadora dos seus ritmos e características. Estes desafios comportam responsabilidades acrescidas aos/as investigadores/as para estabelecerem relações de suporte e confiança que assegurem processos participativos seguros, inclusivos e transparentes para estas crianças.

Com efeito, há um conjunto de desafios relacionados com questões de privacidade e confidencialidade, sendo particularmente sensível quando as crianças estão envolvidas com o sistema de justiça ou de promoção e proteção. De facto, nestes casos, as crianças tendem a partilhar as suas experiências de vitimização com diferentes profissionais em diferentes contextos, e por isso, quando as partilham no contexto da investigação podem recear que não seja salvaguardada a sua confidencialidade e privacidade, podendo ser utilizada/partilhada para outros fins. Além disso, estas crianças podem sentir que a sua capacidade para partilhar as suas experiências, serem devidamente ouvidas e consideradas, está comprometida pelas diferenças de poder relacionadas com o seu envolvimento no sistema (e.g., entre profissionais e crianças) (Roth et al., 2023). Do mesmo modo, devem ser recorrentemente asseguradas as possibilidades de parar a participação ou desistir, ficando claro que não há consequências para a criança. Finalmente, estes processos de investigação tendem a ser demorados, o que pode colocar desafios à participação de crianças com dificuldades e necessidades complexas (como por exemplo, necessidades emocionais, comportamentais ou cognitivas que são evidenciadas pelas crianças vítimas). Com efeito, em função das suas características e experiências, as crianças podem assumir diferentes níveis de envolvimento e participação (e.g., Montreuil et al., 2021), não obstante, a investigação participativa tem o potencial de contribuir para processos inclusivos, ao permitir que crianças tendencialmente menos expostas a oportunidades de participação possam ver a voz considerada nestes processos (e.g., Biros, 2018).

Em suma, estas crianças devem ser envolvidas nos processos de investigação desde o início e em todas as fases do processo para que se reequilibrem os processos de diferenças de poder. Ouvir as crianças sobre os métodos de recolha de dados constitui-se, por exemplo, como facilitador da recolha de dados sensíveis das crianças, podendo ser identificadas estratégias inovadoras e focadas nas suas necessidades (Roth et al., 2023).

Recomendações e Boas Práticas

A partir dos princípios gerais das Nações Unidas, anteriormente descritos, Angelow e Psouni (2025, p.4) apresentam um conjunto de recomendações para uma participação ética e apropriada das crianças em investigação, considerando as seguintes etapas do processo de investigação: a) Planeamento e Desenho da Investigação; b) Implementação da Investigação; e c) Disseminação. A partir desta proposta e da literatura existente, sistematizámos um conjunto de aspetos a considerar nestas diferentes etapas (Tabela 1).

Recursos

- Recursos sobre metodologias participativas com crianças e jovens da CORE - A knowledge base on childen & youth in the digital age
- Ethical Research Involving Children (ERIC) – cooperação internacional de partilha de boas práticas e recomendações para a investigação com crianças
- Compendium de suporte à tomada de decisão ética e refletida
- Manual de Investigação Participativa da Save the Children
- Investigação participativa com populações em situação de vulnerabilidade – crianças e adultos vítimas de mau-trato

Considerações Finais

A implementação bem-sucedida de metodologias participativas com crianças implica flexibilidade e abertura à mudança e ajuste dos processos de investigação às necessidades das crianças, respeitando-as e assegurando que a investigação em que participam considera as suas perspetivas e não acresce risco ou dano (Angelow & Psouni, 2025). Por esta razão, e atendendo à complexidade e à natureza transacional dos processos de investigação com crianças, a formação, treino e competência dos/as investigadores/as é central, e deve ser considerada de forma cuidadosa no planeamento e apreciação ética de projetos que envolvem crianças. Esta questão é particularmente sensível quando se trata de grupos de crianças em situação de particular vulnerabilidade (e.g., vítimas de violência, que vivem em acolhimento familiar ou residencial). Cabe à/ao investigador/a uma análise crítica sobre o balanço entre os benefícios e os riscos do envolvimento das crianças em projetos de investigação, salvaguardando sempre os direitos da criança, a sua proteção e bem-estar. Para tal, requerem-se os/as investigadores/as que pautem as suas práticas de investigação pela reflexividade (Graham & Powell, 2015). A complexidade da investigação participativa com crianças requer processos de reflexão contínua (discussão em equipa, supervisão e intervisão) que possam dar resposta apropriada à

natureza iterativa da investigação, e ao facto de não haver respostas prescritivas para todas as situações potencialmente dilemáticas com que se deparam.

Em suma, e retomando os direitos das crianças tipificados na Convenção dos Direitos das Crianças (1989), a investigação com crianças deve assegurar o seu estrito cumprimento e respeito, incluindo os seguintes direitos: Bem-estar (os projetos de investigação em que as crianças participam devem contribuir e assegurar o seu bem-estar, direta ou indiretamente); Proteção (as metodologias de investigação utilizadas devem ser planeadas e implementadas de modo a evitar o dano, devendo ser tomadas medidas de contingência em caso de situações de desconforto, risco potencial ou dano); Provisão (as crianças devem sentir-se confortáveis por terem providenciado um contributo importante para a sociedade, práticas e políticas); Escolha e Participação (as crianças devem fazer escolhas informadas, nomeadamente, em termos de consentimento e opção de não participação (Hill, 2005).

Sobre as Autoras

EUNICE MAGALHÃES é doutorada em Psicologia (2015) pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. É Investigadora Auxiliar do CIS-Iscte, e Vice-Diretora do Departamento de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE. É membro do grupo de investigação Comunidade, Educação e Desenvolvimento (CED) e da Comissão de Ética do CIS-Iscte.

NADINE CORREIA é doutorada em Psicologia (2020) pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. É Investigadora do CIS-Iscte, membro do grupo de investigação Comunidade, Educação e Desenvolvimento (CED) e da Comissão de Ética do CIS-Iscte, e Professora Auxiliar Convidada no Iscte.

Tabela 1

Recomendações para a Implementação de Metodologias Participativas Eticamente Apropriadas

Fase do Processo de Investigação	Recomendação	Princípio Ético
1. Planeamento e Desenho da Investigação	1.1. Identificar potenciais riscos para as crianças decorrente da sua participação no projeto de investigação. 1.2. Identificar estratégias de mitigação dos riscos. 1.3. Identificar estratégias de suporte, se e quando, a participação desencadear potenciais efeitos negativos para as crianças.	Seguro e sensível ao risco
	1.4. Considerar a perspetiva das crianças na seleção e definição das metodologias e estratégias de investigação.	Respeitoso
	1.5. Desenhar o projeto de investigação por forma a assegurar que as crianças possam abordar aspetos considerados por si como relevantes.	Relevante
	1.6. Preparar os materiais a utilizar no projeto de investigação utilizando linguagem apropriada desenvolvimentalmente. 1.7. Providenciar informação inteligível, clara, não ambígua às crianças sobre os objetivos de investigação, o seu papel, e a forma como a sua perspetiva vai ser considerada no projeto de investigação.	Transparente e informativo
	1.8. Implementar processos de recrutamento e de recolha de dados que assegurem a participação inclusiva de crianças com diferentes perfis.	Inclusivo
	1.9. Assegurar que o/a investigador/a tem o conhecimento e treino necessários para implementar o projeto de investigação.	Baseado em formação
2. Implementação da Investigação	2.1. A implementação do projeto de investigação não deve ser realizada por investigadores/as ou profissionais com os quais a criança tem uma relação de dependência, assegurando-se, assim, a participação voluntária (especialmente com crianças em situação de vulnerabilidade, nomeadamente, recolhas de dados em contextos de proteção, judiciais entre outros). 2.2. Respeitar a vontade da criança, aceitando que esta possa não consentir a participação, incluindo que possa desistir durante a implementação do projeto. 2.3. Assegurar de forma clara e inequívoca que a não participação/desistência não tem implicações para a criança.	Respeitoso e voluntário
	2.4. Utilizar materiais amigáveis para as crianças, tendo em consideração os aspetos desenvolvimentais e as suas necessidades específicas. 2.5. Assegurar que o ambiente físico em que as crianças participam no projeto de investigação é apropriado e amigável.	Amigável
3. Disseminação	3.1. Devolver à criança os resultados obtidos no projeto de investigação em que participou, em formatos acessíveis e amigáveis, integrando o seu feedback nas conclusões finais. 3.2. Apoiar a criança a lidar com resultados potencialmente menos favoráveis, para si ou para outros significativos.	Responsável
	3.3. Utilizar ferramentas de disseminação dos resultados amigáveis e compreensíveis para as crianças, em função das suas características desenvolvimentais.	Amigável
	3.4. Utilizar ferramentas de disseminação dos resultados inclusivas e sensíveis à diversidade. 3.5. Apresentar os resultados de investigação, e os/as seus/suas participantes recorrendo a linguagem não discriminativa nem estereotipada.	Inclusivo

REFERÊNCIAS

Abebe, T., & Bessell, S. (2014). Advancing ethical research with children: Critical reflections on ethical guidelines. *Children's Geographies, 12*(1), 126-133.

Angelow, A. & Psouni, E. (2025). Participatory research with children: From child-rights based principles to practical guidelines for meaningful and ethical participation. *International Journal of Qualitative Methods, 24*, 1-9, https://doi.org/10.1177/16094069251315391

Biros, M. (2018). Capacity, vulnerability, and informed consent for research. *The Journal of Law*, *Medicine & Ethics*, *46*(1), 72-78. https://doi.org/10.1177/1073110518766021

Bodén, L. (2021). On, to, with, for, by: Ethics and children in research. *Children's Geographies*, 1-16. https://doi.org/10.1080/14733285.2021.1891405

Bradbury-Jones, C., Isham, L., & Taylor, J. (2018). The complexities and contradictions in participatory research with vulnerable children and young people: A qualitative systematic review. *Social Science & Medicine, 215*, 80-91. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.08.038

Clark, A., & Moss, P. (2011). Listening to young children: The mosaic approach. Jessica Kingsley Publishers.

Clark, A. (2006). Listening to and involving young children: A review of research and practice. *Early Child Development and Care, 175*(6), 489-505. https://doi.org/10.1080/03004430500131288

Clark, A. (2003). The Mosaic approach and research with young children. In V. Lewis et al. (Eds). *The reality of research with children and young people*. Sage.

Graham, A., Powell, M. A., & Taylor, N. (2015). Ethical research involving children: Encouraging reflexive engagement in research with children and young people. *Children & Society*, *29*(5), 331-343.

Hill, M. (2005). Ethical considerations in researching children's experiences. In S. Greene & D. Hogan, (Eds.), *Researching children's experience* (pp. 61-86). Sage.

Hopkins, P. E., & Bell, N. (2008). Interdisciplinary perspectives: Ethical issues and child research. *Children's Geographies, 6*(1), 1–6. https://doi:10.1080/14733280701791785

Kangas, M. (2010). Creative and playful learning: Learning through game co-creation and games in a playful learning environment. *Thinking Skills and Creativity, 5*(1), 1-15. https://doi.org/10.1016/j.tsc.2009.11.001

Lamela, D., Nurmatov, U., Alfandari, R., Söderlind, N., Crous, G., Roth, M., ... & Korhonen, L. (2024). A scoping review of participatory approaches in child maltreatment research across Europe. *Child Abuse & Neglect,* 107229.

Loveridge, J., Wood, B. E., Davis-Rae, E., & McRae, H. (2024). Ethical challenges in participatory research with children and youth. *Qualitative Research, 24*(2), 391-411. https://doi.org/10.1177/14687941221149594

Lundy, L., McEvoy, L., & Byrne, B. (2011). Working with young children as co-researchers: An approach informed by the United Nations Convention on the Rights of the Child. *Early Education & Development, 22*(5), 714-736. https://doi.org/10.1080/10409289.2011.596463

Lundy, L. (2007). 'Voice'is not enough: Conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. *British Educational Research Journal, 33*(6), 927-942. https://doi.org/10.1080/01411920701657033

Montreuil, M., Bogossian, A., Laberge-Perrault, E., & Racine, E. (2021). A review of approaches, strategies and ethical considerations in participatory research with children. *International Journal of Qualitative Methods, 20*, 1-15, https://doi.org/10.1177/160940692098796

Powell, M.A., Graham, A., Taylor, N.J., Newell, S., & Fitzgerald, R. (2011). Building capacity for ethical research with children and young people: An international research project to examine the ethical issues and challenges in undertaking research with and for children in different majority and minority world contexts (Research Report for the Childwatch International Research Network). Dunedin: University of Otago Centre for Research on Children and Families / Lismore: Centre for Children and Young People.

Powell, M.A., Fitzgerald, R., Taylor, N.J., & Graham, A. (2012). International literature review: Ethical issues in undertaking research with children and young people (Literature review for the Childwatch International Research Network). Lismore: Southern Cross University, Centre for Children and Young People / Dunedin: University of Otago, Centre for Research on Children and Families.

Prout, A. (2002). Researching children as social actors: An introduction to the Children 5–16 Programme. *Children & Society*, *16*(2), 67–76. https://doi:10.1002/chi.710

Sandseter, E., & Seland, M. (2016). Children's experience of activities and participation and their subjective well-being in Norwegian early childhood education and care institutions. *Child Indicators Research, 9*(4), 913–932. https://doi.org/10.1007/ s12187-015-9349-8.